

# Vereadores criticam concessão de serviços funerários a entes privados

**Assunto:**

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**



*Trabalhadores de cemitérios e funerárias criticam proposta de concessão de necrópoles à iniciativa privada - Foto: Bernardo Dias*

A Câmara de BH foi palco de forte mobilização contra a concessão da operação de cemitérios públicos à iniciativa privada. Projeto de lei apresentado pela prefeitura autoriza a exploração de serviços funerários por empresas privadas, mediante licitação, concessão ou permissão. Aprovado em 1º turno pelo Plenário, a proposta ainda precisa ser discutida e votada em 2º turno, antes de seguir para a sanção do Executivo. O tema foi objeto de audiência da Comissão de Administração Pública nesta quarta-feira (2/3), requerida pelos vereadores Adriano Ventura (PT) e Pedro Patrus (PT). Trabalhadores de cemitérios e funerárias, além de empresários e sindicatos do ramo criticam a proposta, alegando que ela pode causar desemprego e dar margem à cartelização de serviços, o que implica aumento dos custos cobrados dos cidadãos. A PBH não enviou representantes para tratar do assunto.

De autoria do Executivo, o PL 1795/15, estende aos Cemitérios do Bonfim e da Consolação, a autorização de concessão de serviços, que já vige para os Cemitérios da Paz e da Saudade. O projeto prevê, inclusive, a possibilidade de que empreendedores privados instalem fornos crematórios nas necrópoles.

A proposta gerou descontentamento entre trabalhadores do setor e membros do Sindicato das Empresas Funerárias do Estado de Minas Gerais. Os primeiros reclamam da possibilidade de demissões em massa, caso a concessão se concretize. O sindicato, por sua vez, teme a possibilidade de cartelização já que o modelo atual, em que várias empresas atuam na realização das atividades, pode ser substituído por outro em que os serviços seriam geridos por poucas ou apenas uma empresa.

## Reação parlamentar

Presidente da Câmara Municipal, o vereador Wellington Magalhães (PTN) se afirmou contrário à proposta do Executivo, defendendo a ampliação do diálogo sobre o tema, como forma de evitar o avanço de propostas que levem à privatização de serviços públicos.

Requerente da audiência, Adriano Ventura sustentou que a cidade não pode ser gerida como uma empresa e se manifestou enfaticamente contra a privatização de serviços municipais. O parlamentar destacou ainda que a concessão pode prejudicar a livre concorrência, colocando em situação de desvantagem as empresas funerárias já existentes, bem como ameaçando o emprego de milhares de pessoas que atuam nos cemitérios há anos.

Ponto de vista semelhante foi defendido por Pedro Patrus e Reinaldo Sacolão (PMDB), que se mostraram preocupados com a possibilidade de demissões. "Hoje vivemos uma situação de desemprego na cidade e projetos como esse podem

Image not found or type unknown

ampliar o problema?", lamentou Reinaldo.

Na mesma perspectiva, Gilson Reis se manifestou contrário ao projeto de lei e criticou aquilo que ele classifica como "a transferência de ativos públicos à iniciativa privada, com a precarização de serviços prestados à população".

Embora não tenha enviado representantes para participar da audiência, a PBH, por meio da PBH Ativos e da Fundação de Parques, enviou ofício à comissão no qual afirma que o projeto não trata da privatização dos cemitérios, mas da delegação de serviços públicos.

## Experiência carioca

Presidente da Comissão de Administração Pública, Juliano Lopes (PTC) anunciou que também é contra o projeto. Em sua argumentação, o parlamentar salientou que experiência assemelhada, colocada em funcionamento no Rio de Janeiro, trouxe resultados negativos para a população. Fundamentando-se em fatos divulgados pela imprensa carioca, o vereador destacou o aumento dos preços cobrados da população. Em alguns casos, o incremento ultrapassa a casa dos 200%. Na capital fluminense, a taxa de exumação em um cemitério local teria passado de cerca de R\$ 200 para mais de R\$ 700 depois da concessão à iniciativa privada. O aluguel de uma capela em necrópole do bairro de Botafogo, de acordo com o principal jornal da cidade, teria subido de R\$161 para R\$ 500, em 2014.

## Encaminhamentos

Para fazer frente à situação, o vereador Adriano Ventura anunciou a proposta de criar na Câmara a Frente Parlamentar em Defesa dos Cemitérios e Velórios Públicos de BH. Em acordo com colegas presentes na reunião, o parlamentar afirmou ainda que vai sugerir à Comissão de Administração Pública a realização de visita técnica a velórios municipais e aos Cemitérios do Bonfim, da Paz, da Consolação e da Saudade, no intuito de conhecer em detalhes a situação de funcionamento dos equipamentos.

Ainda como encaminhamento, o parlamentar anunciou que vai solicitar reuniões de parlamentares com o Ministério Público e com o prefeito Márcio Lacerda, para defender a não concessão dos serviços à iniciativa privada.

Assista ao [vídeo](#) na íntegra.

## ***Superintendência de Comunicação Institucional***

### **Data publicação:**

Quarta-Feira, 2 Março, 2016 - 00:00

---